

Problema começou 6 dias após a posse

Banco de Dados

A 7 de janeiro deste ano, seis dias depois de tomar posse, o prefeito Jânio Quadros determinou à Secretaria das Finanças a elaboração, no prazo de trinta dias, de decreto alterando a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que passaria a ser corrigido mensalmente através de correção monetária incidente sobre cada uma das

prestações, que deixariam de ser fixas.

Durante o mês de fevereiro, mais de seiscentos contribuintes ingressaram na Justiça com mandados de segurança pleiteando o pagamento das parcelas do IPTU sem a correção monetária. Dezenas de liminares estavam sendo concedidas diariamente pelas quatro Varas da Fazenda Municipal até que a 27 de fevereiro o governo federal baixou o

Plano de Estabilização Econômica (Plano Cruzado), que, entre outras disposições, eliminou a correção monetária em quaisquer operações financeiras.

No início de maio, o secretário municipal do Planejamento, Marco Antônio Mastrobuono, informou que a Planta Genérica de Valores, que é utilizada para cálculo do IPTU, estava sendo totalmente revista para efeito de atualização do imposto.